



Fórum Brasileiro de Economia solidária

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO AMAPÁ SOBRE O PL 865 LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL DO AMAPÁ

DATA: 13 DE JUNHO 2011

O objetivo do debate sobre o PL 865 é esclarecer ao movimento de economia solidária: os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e gestores públicos sobre as atribuições e direcionamento da política nacional, que articulado pela frente parlamentar nacional de economia solidária propôs a ampliação do debate em todos os estados da federação, visto que os objetivos proposto para política da SEMPE não convergem com a política da economia solidária.

A mesa foi composta por três Parlamentares Estaduais: Agnaldo Balieiro, Cristina Almeida e Roseli Matos, um Parlamentar Federal deputado Bala Rocha, representante do Governo do Estado do Amapá, Jucinete Carvalho de Alencar, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, João Claudio Tupinambá Arroyo, Representante do Fórum Amapaense de Economia Solidária, Edna Maria Coelho Carvalho, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego no Amapá, Rui do Rosário, Delegada do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Elisangela do Espírito Santo Ferreira, Representante da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, Eraldo Pantoja. No plenário um público de 150 pessoas entre empreendimentos, movimentos sociais e gestores.

Presidente da Mesa Deputado Estadual Agnaldo Balieiro

O Deputado Requerente e Presidente da Mesa Agnaldo Balieiro, fez a abertura da Audiência solicitando a entoação do hino brasileiro pela Banda do Corpo de Bombeiros, em seguida agradeceu o presidente da casa Deputado Estadual Moises Retegui, aos membros do Fórum Amapaense de Economia Solidária que os procuraram e a Deputada Estadual Cristina Almeida que

assinaram em conjunto o requerimento, saudou as autoridades presentes. Em seguida falou da importância do debate uma oportunidade de socializar com a população um Projeto de Lei a nível nacional que com o apoio de frentes parlamentares vem apoiando os debates do movimento brasileiro de economia solidária, que não se sentem contemplado com a proposta exposta no PL. O Deputado Agnaldo Balieiro se colocou a disposição do movimento de economia solidária, pois pesquisou muito sobre o assunto e identificou que a lei realmente não contempla o movimento, ao contrario é um retrocesso em todo processo já conquistado. O movimento de ecosol no Brasil tem uma história de luta e propostas de políticas públicas que atendam as necessidades das bases, que são os empreendimentos econômicos solidários.

Deputada Estadual Cristina Almeida

Ressaltou na sua fala que as mulheres têm papel fundamental neste movimento. Saudou todos os que fazem parte do movimento de economia solidária no Amapá, pontuando a importância de se fazer uma reflexão sobre a lei, na sua proposição, a discussão é importante no estado, pois tem participação ativa, a produção da economia solidária é praticada nos bairros, comunidades de diversas formas e a população não se da conta de que outra economia esta acontecendo no nosso estado, no Brasil e precisa ser fortalecida, que no seu mandato de vereadora colaborou para o trabalho de muitas mulheres, no Distrito do Bailique e em outras comunidades, a lógica da economia solidaria divergem da forma que vem sendo proposta no PL 865, não contempla as bases de produção da Amazônia e do Brasil. Citou como exemplo as conferências que tiveram contribuições de todas as bases de produção do Brasil, que deveria ser utilizada como Instrumento para elaboração das políticas públicas. Conclui sua fala se colocando a disposição para colaborar com o movimento de economia solidária no Amapá.

João Claudio Tupinambá Arroyo

Apresentou-se enquanto representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária onde faz parte da coordenação nacional a qual pelo Amapá também faz parte a Edna Carvalho e a Sonale Queiroz. A apresentação teve como tema “**Pelo Direito de Produzir, Consumir e Viver em Cooperação**”. Falou

sobre a consolidação do FBES que se deu em 2003, fazendo um breve resgate da trajetória por meio da linha do tempo. Frisou que nas audiências públicas que estão sendo realizadas em todos os estados do país já participaram mais de 2000 pessoas, esta proposta partiu da Frente Parlamentar Nacional. O PL foi lançado sem respeitar o que foi dialogado e construído nas conferências. Economia solidária é o direito de produzir viver e consumir. O que viabiliza a produção das comunidades são os laços. Não estamos falando de caridade e sim de forma de organização, de novos laços de sociabilidade. É preciso que a sociedade brasileira reconheça, com base na qualidade de vida, direito de um novo modo de vida cooperado, sem ter a sensação de que uma história construída com muita luta pode perder os rumos por falta de sensibilidade. Precisamos mudar a simbologia de formas hierárquica, citou com exemplo a forma arquitetônica da Assembléia Legislativa do Amapá que separa pessoas de forma desiguais. A economia que estamos falando é com base no valor e não no preço. Pontuou o aumento de empreendimentos solidários de acordo com o último mapeamento do Sistema Nacional de Economia Solidária, vem crescendo cada vez mais novas formas de organização, produção e comercialização nos princípios solidários. Existe uma distorção do que é economia precisamos discutir a economia solidária para quem produz e quem consume. A qualidade é outro ponto muito importante. Falou dos Princípios da Economia Solidária: organização horizontal de empreendimentos produtivos ou de consumo ético coletivo; a democracia, cada membro, cada sócio tem um voto; autogestão, não se submetem a gestão de terceiro, só manda quem trabalha; defesa da vida da justiça e inclusão social, os indicadores econômicos não são intrínsecos, são pelo número de pessoas nas ruas, acabar com o analfabetismo e a miséria; combate a discriminação e desigualdade, eliminar diferenciação econômica, ter as mesmas oportunidades para se desenvolver. Pontuou as diretrizes: territorialidade do desenvolvimento como eixo de integração de programas e ações de economia solidária; articulação intersetorial com outras políticas públicas de recorte socioeconômico; descentralização coordenada para ampliação e fortalecimento de políticas públicas de economia solidária nos estados e municípios; transversalidade, das questões de gênero raça e etnia. O nosso desafio é potencializar a economia solidária fazer a sociedade reconhecer a contribuição de um vasto conjunto de

formas não capitalistas de produção e consumo, dada a sua importância e volume em termos de número de pessoas e de movimentação econômica. Adequar o lugar da economia solidária, ou seja, a Secretaria Nacional De Economia Solidária com status Ministério, estrutura de gestão. Economia solidária é uma consequência, muitos estados já têm estrutura, lei estadual, conselho etc. No que diz respeito ao PL 865 existe um acúmulo de referências para criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, porém são políticas divergentes. No plano econômico, enquanto ecosol podemos ser parceiros da SEMPE. Para finalizar a apresentação colocou a música Sal da Terra (composição de Beto Guedes/Ronaldo Bastos) enfatizando que a partir dos slides e da letra da música é possível compreender tudo que foi citado na sua palestra, mais especificamente sobre economia solidária.

Edna Carvalho – Fórum Amapaense agradeceu aos deputados falou que a lei e aversão ao que o movimento precisa. Lamenta o que está proposto no PL e diz que economia solidária não é só artesão, são quilombolas, ribeirinhos, agricultores, indígenas que buscam alternativas de sobrevivência e sustentabilidade nos espaços de produção. Que é preciso ficar atentos as políticas públicas que estão querendo impor para economia solidária.

Elisângela Ferreira - Delegada do MDA – Parabenizou o FAES e os parceiros pela iniciativa de ampliar a discussão no estado do Amapá, possibilitando a oportunidade de socializar e debater com a base de ecosol. Pontuou que devemos pensar políticas públicas que contemplem os territórios, os empreendimentos da agricultura familiar que são eles que estão na base de produção e que o PL 865 não apresenta em sua proposta políticas que contemple o segmento das bases de produção.

Rui do Rosário – SRTE – Cumprimentou a todos parabenizando o movimento amapaense de ecosol pela iniciativa. Citou que a maior produção vem das bases de economia solidária. Falta política estruturante para fortalecimento dos ees. Que o PL 865 não viabiliza as necessidades da ecosol.

Jucinete Carvalho de Alencar - Representante do Governo do Estado do Amapá – e Cumprimentou a todos, parabenizando os deputados Estaduais Agnaldo Balieiro e Cristina Alameida por se unir ao movimento nesta luta, não

podemos nos furtar a este debate. A nossa identidade, a nossa cultura deve ser valorizada com políticas condizentes. O que nos queremos para nós, para o outro, para Amazônia, para o Amapá, para o Brasil, parabeniza o movimento Brasileiro de Economia Solidária e em nome do Governador do Estado, Camilo Capiberibe, nos colocamos a disposição do movimento, precisamos acompanhar e fortalecer o debate.

Eraldo Pantoja – Representante da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo - SETE – Falou que a SETE tem um Núcleo de Economia Solidária, que vem desenvolvendo um trabalho de economia solidária, mapeando, cooperativas e produtos da floresta, a SETE esta com um projeto comunidade empreendedora. Colocamos-nos a disposição do movimento de economia solidária. Ainda não tinha conhecimento do PL 865, mas pelo que observei nas falas conseguiu visualizar que não contempla as políticas para ecosol.

Deputada Roseli Matos - Parabeniza os Deputados Requerentes da Audiência, fala que veio mais para escutar, para aprender porque no pensamento dela enxergava que a economia solidária esta associada com micro e pequena empresa, mas a partir da apresentação do representante do FBES João Claudio Arroyo que definiu muito bem as características e divergência das políticas e o debate ela passa a ter clareza do que se distingue. Parabeniza todos os integrantes da mesa e o movimento pela iniciativa.

Deputado Federal Bala Rocha, cumprimenta todos da mesa, se coloca a disposição, dizendo que pode contribuir com o movimento de ecosol, que durante seus mandatos em Brasília sempre buscou emendas para este segmento, mas infelizmente ainda não conseguiu visualizar a execução de nenhum aprova o projeto o estado esta inadimplente, mas vai continuar na luta para fortalecer a economia solidária porque admira muito a forma de organização, os princípios. Quanto ao PL 865 seu posicionamento é que vota no PL desde que sejam retiradas as atribuições da economia solidária, pois tem a mesma visão do movimento de ecosol não consegue visualizar a contemplação do segmento dentro da proposta do PL 865, são políticas

divergentes, mas como disse o Arroyo que podem ser parceiros. Aprovo o PL 865 sem as atribuições de economia solidária, conclui Bala Rocha.

João Batista – Banco Comunitário – Falou que estava participando de uma atividade em Brasília, quando aconteceu a primeira manifestação em torno do PL. O movimento de economia solidária não se sente contemplado com a proposta do PL 865, temos nossa própria cara. Não somos contra o projeto de lei da SEMPE, mas não nos enxergamos neste processo. Economia solidária é banco comunitário, é inclusão digital...

Socorro – Associação dos Artesãos - Ilha de Santana - Os empreendimentos de economia solidária precisam de apoio com políticas públicas que correspondam às necessidades de base, nos garanta sustentabilidade, capacidade de produzir e comercializar os nossos produtos, nas conferências colocamos nossas propostas retratando a nossa realidade. Este PL não nos contempla.

Idelfonso – FAO com a proposta do PL 865 tudo que foi colocado na lei retrocede a luta do movimento de economia solidária. O nosso debate poderia esta mais fortalecido se os gestores e parlamentares estivessem participando, pois na maioria das secretarias tem alguma política voltada para o segmento de ecosol, mas os gestores têm dificuldade em desenvolver por falta de conhecimento e acaba não fortalecendo. Assim como na casa de lei. Quem esta no debate? A casa tem 24 deputados. A penas 03.

Deputada Estadual Cristina Almeida - Gostaria de me colocar a disposição do FAES para dialogar junto às secretarias do governo para buscar apoio para economia solidária. Temos que tirar encaminhamentos do grupo de debate sobre o PL 865 que tramita no congresso, bem como criar uma comissão para acompanhar os encaminhamentos até o resultado. Estarei juntamente com o Deputado Agnaldo Balieiro, dando o apoio necessário para o fortalecimento do FAES.

Deputado Agnaldo Balieiro - Encerra a audiência agradecendo aos membros do FAES, em especialmente Edna Carvalho, Sonale Queiroz, Gracilena Palmeirim e Sílvia Daniele que se empenharam e não mediram esforços para

que este debate ocorresse nesta casa ao palestrante do FBES João Claudio Arroyo que contribuiu bastante com o debate os demais deputados e instituições governamentais. O Deputado Agnaldo Balieiro juntamente com o FAES está construindo a proposta do Marco Legal de ecosol no Amapá. Breve estará junto com o FAES nas bases debatendo emendas e proposições para o projeto de lei em defesa da ecosol. “Todos que estão aqui são contra a inserção da economia solidária dentro do PL 865”, reforçou Deputado Estadual Agnaldo Balieiro.

O Deputado Estadual Agnaldo Balieiro e a Deputada Estadual Cristina Almeida apresentaram ao final da audiência a resolução que cria a Frente Parlamentar de Economia Solidária e Agricultura Familiar no Amapá. Encerramos com o Hino do Amapá entoado pela Banda de música do Corpo de Bombeiros.

Relatoria – Sonale Queiroz

Fotos – João Batista, Assessoria dos Deputados Estaduais: Agnaldo Balieiro e Cristina Almeida.

Agradecimentos: Deputados Requerentes e Assessorias: Agnaldo Balieiro e Cristina Almeida, Presidente da Assembléia Legislativa, Moises Retegui, João Cláudio Tupinambá Arroyo – FBES, Instituto Amazônia, IMENA, MDA, SRTE/AP, Mandato da Deputada Federal Dalva Figueiredo, Deputado Federal Bala Rocha, Instituições Representadas, Empreendimentos e Movimento de Ecosol no Amapá.